

n.º 1 e n.º 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atualizada, com efeitos a 01.05.2017.

O despacho de designação fundamentou-se no facto da designada deter o perfil indicado para o exercício daquele cargo, possuir os requisitos legais exigidos e revelar aptidão pessoal e técnica para o exercício de funções dirigentes e competência na área funcional da referida direção de serviços, conforme evidenciado na nota curricular anexa.

15 de setembro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

ANEXO

Nota Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Maria da Luz Rodrigues do Ó
Data de nascimento: 28 de junho de 1964

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, (menção de ciências jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1983/1988).

III — Formação Profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração Pública (2010);

Seminário de Alta Direção — Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração Pública (2005);

Curso Formação Pedagógica de Formadores, de 9 a 27 de fevereiro de 2004, com a duração de 96 horas;

Curso Formação de Formadores — (PPF), ministrado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, de 29/6/98, a 13/7/98, com a duração de 90 horas;

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários nas áreas do direito, da administração pública e da gestão.

IV — Percurso Profissional:

1 de outubro de 1984 a 1 de junho de 1992 — Centro de Identificação Civil e Criminal: funções de apoio técnico-administrativo e de Coordenação em diferentes áreas de atribuição do Organismo;

23 de junho de 1992: Contrato Administrativo de Provedor para a realização de Estágio de Ingresso na Carreira Técnica Superior;

18 de julho de 1993: Conclusão do Estágio de Ingresso na Carreira Técnica Superior, com a classificação final de 18,69 valores;

16 de fevereiro de 1994: ingresso na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe no quadro de pessoal da Direção-Geral dos Serviços Judiciários;

3 de março de 1994 a dezembro de 1994: Coordenadora de Divisão de Contumazes e Objetores de Consciência;

12 de dezembro de 1994 a 31 de agosto de 1996: Chefe de Divisão em regime de substituição, na Divisão de Contumazes e Objetores de Consciência da Direção-Geral dos Serviços Judiciários;

1 de setembro de 1996 a 8 de abril de 2001: Chefe de Divisão de Identificação Criminal, da Direção Geral dos Serviços Judiciários;

9 de abril a 4 fevereiro 2002: Chefe de Divisão de Análise de Registos e Dactiloscopia da Direção-Geral da Administração da Justiça;

5 de fevereiro de 2002 a 15 dezembro 2002: Diretora de Serviços na Direção-Geral da Administração da Justiça (Direção de Serviços de Identificação Criminal) em regime de substituição;

16 dezembro 2002 a abril de 2017: Chefe de Divisão na Direção Geral da Administração da Justiça (Divisão de Análise e Gestão de Registos).

V — Outra atividade profissional relevante:

Participação em diversas reuniões e grupos de trabalho no âmbito do projeto de criação de Lojas do Cidadão a cargo do IGLC, na sua fase inicial, como representante da Direção Geral dos Serviços Judiciários (*em 27/4/1999 abriu a 1.ª Loja do Cidadão nas Laranjeiras*), projeto esse que continua a acompanhar até ao momento, no âmbito da parceria AMA/DGAJ que ainda se mantém;

Designada, desde 2002 até à atualidade, como perito nacional nos grupos de peritos da Comissão Europeia referentes aos diversos projetos europeus na área do registo criminal;

Vogal Suplente da Comissão para a Instrução dos Pedidos de Indemnização às Vítimas de Crimes Violentos, em representação do Ministério da Justiça (13 março de 2009 a outubro de 2010);

Formadora no âmbito do programa de cooperação entre Portugal e Moçambique na área da Justiça (Registo Criminal) em dezembro de 2009;

Participação nos trabalhos preparatórios de diversos anteprojetos Legislativos;

Membro do júri de diversos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal;

Participação em grupos de trabalho e projetos na área do registo criminal;

Formadora na área do Registo Criminal no Centro de Formação de Oficiais de Justiça, da DGAJ.

310796867

Despacho (extrato) n.º 8656/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e nos termos do disposto do artigo 48.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, torna-se público que ao abrigo dos despachos a seguir designados, foram excluídos do respetivo processo de admissão para ingresso nas carreiras de oficial de justiça, por falta de início de funções, os seguintes candidatos:

Despacho do Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 04.07.2017:

Elisabete Cristina Ferreira Madureira, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Sintra, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Énio Alberto de Sousa Freitas, colocado como escritvã auxiliar no núcleo de Portimão, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro;

Fábiola Reis Lopes, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Loulé, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro;

Hélder Filipe Pereira Lourenço, colocado como escritvã auxiliar no núcleo de Sintra, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Joana dos Santos Vieira, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Cascais, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Marco Rui Castro de Sousa, colocado como escritvã auxiliar no núcleo de Portimão, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro;

Maria Elisabete Freitas de Sousa, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Grândola, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal;

Marina Eulália Nóbrega de Jesus, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Sintra, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Natércia Andreia Barradas Garcias, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Sintra, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Rui Jorge Silva Rodrigues, colocado como escritvã auxiliar no núcleo de Amadora, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Sara Carolina Soares Vieira, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Loulé, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro;

Sérgio Alexandre Espanhol Mira, colocado como escritvã auxiliar no núcleo de Sintra, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Vanessa Sofia Melo Santos, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Amadora, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

Despacho do Diretor de Serviços de Recursos Humanos, da Direção-Geral da Administração da Justiça de 17.07.2017, em suplência do Subdiretor-Geral da Administração da Justiça (artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo):

Cláudia Sofia Rodrigues Gonçalves, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Sintra, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

Despacho do Diretor de Serviços de Recursos Humanos, da Direção-Geral da Administração da Justiça de 20.07.2017, em suplência do Subdiretor-Geral da Administração da Justiça (artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo):

Laura Sofia Correia Alves Rodrigues, colocada como escritvã auxiliar no núcleo de Cascais, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

Michael Policarpo da Costa Pedro, colocado como escritvã auxiliar no núcleo de Loulé, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro.

21 de setembro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
310796997